

Medida Provisória renova contratos de médicos em todo o país

Paulo Nogueiras / FNP



Para renovar os contratos de médicos cooperados e intercambistas, dentro programa Mais Médicos para o Brasil, a presidente da República Dilma Rousseff assinou, no dia 29 de abril, Medida Provisória (MP) que permite a permanência dos profissionais no Brasil. A iniciativa atende à solicitação dos prefeitos da FNP que encaminharam ofício à presidente. **Págs. 2, 6 e 7**

PEC dos Precatórios: Emenda pode minimizar resistências no Senado

Dando continuidade à articulação institucional da FNP para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015, que institui regime para pagamento de precatórios, técnicos estão elaborando sugestão para alteração da proposta. O objetivo é acabar com a resistência à aprovação da proposição no Senado, em especial pelo do uso de depósitos judiciais para o pagamento dos precatórios. **Pág. 5**

FNP recomenda judicialização da retenção do Imposto de Renda

Conforme determina a Constituição Federal, os valores retidos do Imposto de Renda são de titularidade dos municípios que realizam estas retenções. Assim, após esgotar a negociação com o Governo Federal, a FNP encaminhou, no dia 4 de maio, mensagem aos prefeitos indicando a judicialização como forma de tentar reverter a mudança de entendimento da Receita Federal. **Pág. 3**

Órgãos públicos federais retomam substituição tributária do ISS

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicou parecer nº 656/2016 orientando todos os órgãos públicos federais a retomar as retenções tributárias do Imposto Sobre Serviços (ISS) nos serviços por eles tomados. Com o parecer, fica estabelecido o entendimento da imunidade recíproca entre os entes federativos, prevista na Constituição Federal. **Pág. 3**



EDITORIAL

Um alívio na saúde pública

A recente Medida Provisória, editada para renovar por mais três anos o contrato dos médicos intercambistas e cooperados do Mais Médicos para o Brasil representa um enorme benefício para a população que utiliza os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). Há três anos, quando o programa foi iniciado, 700 municípios, dos 5.570 do Brasil, não tinham um médico sequer.



O programa Mais Médicos levou atendimento para comunidades que não tinham profissionais, não só para o imenso interior do Brasil, mas também para as periferias das grandes cidades. Para os prefeitos e prefeitas, que investiram, somente em 2014, segundo o anuário Multi Cidades, cinquenta e três por cento a mais com saúde do que o exigido pela Constituição Federal, a edição da MP representa uma injeção de ânimo e a certeza de continuidade de uma iniciativa que tem hoje a aprovação de parcela majoritária da população.

O Mais Médicos nasceu da falta de profissionais, evidenciada na Campanha Cadê o Médico?, liderada pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e se comprova, a cada dia, um enorme acerto. Atualmente mais de 18 mil médicos integram esse projeto, dos quais mais 11 mil são intercambistas e cooperados.

No entanto, como ação estruturante para a saúde pública do país, que está entre os eixos do Mais Médicos, a FNP defende e trabalha pela abertura de novas vagas nos cursos de Medicina, regionalizando a oferta de vagas. Nesse sentido, reivindica uma decisão célere do Tribunal de Contas da União em processo que analisa Edital para abertura de novas vagas em 39 municípios brasileiros.

Presidente: Marcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte - MG). 1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad (prefeito de São Paulo - SP). 2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela (prefeito de Aparecida de Goiânia - GO). Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende (prefeito de Vitória - ES). Vice-presidente para Reforma Federativa: Jairo Jorge (prefeito de Canoas - RS). Vice-presidente Relações Institucionais: José Fortunati (prefeito de Porto Alegre - RS). Vice-presidente Relações com Congresso Nacional: Eduardo Paes (prefeito do Rio de Janeiro - RJ). Vice-presidente assuntos das Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette (prefeito de Campinas - SP). Vice-pres. para assuntos das Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio (prefeito de Recife - PE). Secretário-geral: Luiz Marinho (prefeito de São Bernardo do Campo - SP). 1º Secretário: Arthur Virgílio (prefeito de Manaus - AM). 2º Secretário ACM Neto (prefeito de Salvador - BA). Secretário-executivo: Gilberto Perre. Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145). Reportagem: Bruna Lima, Cristiane Rosa, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri, Rodrigo Eneas. Diagramação: Pedro Vieira. Tiragem: 10 mil exemplares. Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF. Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819. Email: secretaria@fnp.org.br. (www.fnp.org.br). Essa edição foi encerrada no dia 6/05/2016.

Prêmio sobre inovação urbana está com inscrições abertas



O prêmio Guangzhou International Award for Urban Innovation 2016 está com inscrições abertas até o fim de maio. As cidades interessadas em participar devem preencher os formulários, que estão disponíveis no site da FNP (www.fnp.org.br).

O prêmio, que está em sua terceira edição, é aberto a cidades e governos locais. Os candi-

datos devem apresentar resultados inovadores em áreas como: serviços públicos, organização e administração, envolvimento dos cidadãos, cidades inteligentes, cidade sustentáveis, entre outras.

O prêmio Guangzhou será concedido a cinco vencedores. Cada um deles será premiado com US\$ 20 mil, além de um tro-

fêu e um certificado. Os vencedores também serão convidados a participar de eventos colaterais, incluindo seminários e exposições sobre inovação urbana.

O Guangzhou International Award for Urban Innovation foi instituído pelo município de Guangzhou, em 2011, em parceria com a United Cities and Local Government (UCLG) e a World Association of the Major Metropolises (METROPOLIS), e destina-se a “reconhecer e premiar práticas transformadoras destinadas a elevar a qualidade de vida dos habitantes das cidades em todo o mundo, com ênfase na perspectiva do desenvolvimento sustentável”, destaca um trecho do regulamento do prêmio ■

AGENDA

DATA	EVENTO	LOCAL	INFORMAÇÕES
9 a 12 de maio	XIX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios	Brasília/DF	www.marcha.cnm.org.br
10 de maio	IX Edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor	Brasília/DF	www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br
13 de maio	Rio 2016: Jornada Pública para o Turismo e o Sistema de Garantia de Direitos sobre o Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Rio de Janeiro/RJ	ecpatbrasil.org.br
12 a 13 de maio	Seminário Internacional em Gestão Ambiental Urbana Local Brasil - União Europeia	Brasília/DF	www.mma.gov.br
16 a 19 de maio	46ª Assembleia Nacional da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae)	Jaraguá do Sul/SC	www.assemae.org.br
19 de maio	CIB Working Group (CGLU)	Istambul (Turquia)	www.cib-uclg.org
26 a 28 de maio	Bureau Executivo (CGLU)	Kazan (Rússia)	www.uclg.org
31 de maio a 02 de junho	Soluções metropolitanas (ICLEI)	Berlim (Alemanha)	metropolitansolutions.iclei.org
01 de junho	Fórum Modelos de Negócios para Eficiência Energética em Iluminação Pública	São Paulo/SP	wbg-eficienciaip.com.br
01 a 04 de junho	XIV Congresso Internacional da AICE (Associação Internacional de Cidades Educadoras)	Rosario (Argentina)	congresoaiice2016.gob.ar
01 a 04 de junho	XXXII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde	Fortaleza/CE	www.conasems.org.br
03 de junho	Brasília - Cidade Internacional	Brasília/DF	www.internacional.df.gov.br
08, 09 e 10 de junho	IX Congresso Consad de Gestão Pública	Brasília/DF	consad.org.br
06 a 08 de julho	Forum Global Anual sobre Cidades Resilientes e Adaptação	Bonn (Alemanha)	resilient-cities.iclei.org
10 a 14 de julho	World Cities Summit	Cingapura	www.worldcitiessummit.com.sg
25 a 27 de julho	III Comitê Preparatório (último) para Habitat III - PREPCOM III	Surabaya (Indonésia)	www.habitat3.org
31 de maio a 02 de junho	Soluções metropolitanas (ICLEI)	Berlim (Alemanha)	metropolitansolutions.iclei.org

LRF, ISS e Imposto de Renda são temas de reuniões no ministério da Fazenda

Rodrigo Ennes / FNP



Reunião do dia 5 de abril contou com a participação do secretário executivo do MF

Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), retenção do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas e do Imposto Sobre Serviços (ISS) foram pauta de reunião de técnicos da FNP com integrantes do ministério da Fazenda, no

dia 28 de abril. A audiência foi continuação dos debates propostos durante a 69ª Reunião Geral do Rio de Janeiro/RJ, em março.

Durante a audiência, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) reforçou apoio ao

posicionamento dos prefeitos quanto ao fato de órgãos públicos federais terem suspenso as retenções tributárias envolvendo ISS. (Saiba mais nesta página).

LRF

O grupo de técnicos apresentou uma proposta de texto normativo interpretativo ao artigo 42. De acordo com o procurador-geral de Belo Horizonte/MG, Rúsel Beltrame, presidente do Fórum Nacional de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras, os critérios para verificação do cumprimento do artigo são controversos e geram insegurança jurídica aos prefeitos no que diz respeito à contração da obrigação de despesa. “Nós

propomos um texto normativo interpretativo que entenda que contrair obrigação de despesa ocorre no momento da liquidação”, explicou.

Apesar de o grupo ter reforçado a necessidade de segurança jurídica, especialmente em momento de encerramento de mandatos, o ministério da Fazenda não emitiu parecer sobre o tema.

Segundo o subsecretário de Regulação e Infraestrutura do ministério, Hailton Madureira, antes de tomar qualquer decisão, é necessário interpretar os desdobramentos de uma possível alteração no artigo. “Vamos marcar uma reunião para dia 9 ou 10 de maio para anunciar o posicionamento do

ministério”, falou.

Imposto de Renda

Novamente não houve entendimento sobre a questão da retenção do Imposto de Renda de pessoas jurídicas. Dessa maneira, a FNP, com apoio da Abrasf e do Fórum de Procuradores das Capitais estão indicando aos municípios que judicializem o tema. (Saiba mais nesta página)

Os prefeitos defendem o retorno do procedimento de retenção vigente até a Solução de Consulta, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB). A nova interpretação diz que o Imposto de Renda das pessoas jurídicas não será mais retido pelos municípios ■

Órgãos federais retomam retenções do ISS

Após reuniões articuladas pela FNP, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicou parecer nº 656/2016 orientando todos os órgãos públicos federais a retomar as retenções tributárias do Imposto Sobre Serviços (ISS) nos serviços por eles tomados. O entendimento

da PGFN configura mais uma conquista da FNP, que debateu o tema durante a 69ª Reunião Geral, no Rio de Janeiro/RJ, em março deste ano.

De acordo com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), a decisão anterior era um equívoco, pois o fato gerador do tributo é

decorrente do serviço prestado por um fornecedor que, geralmente, são entes privados.

Com o parecer, fica estabelecido o entendimento que a imunidade recíproca entre os entes federativos, prevista na Constituição, não proíbe ou limita o dever de um ente de reter o tributo que pertenc

ça a outro ente, como é o caso das retenções tributárias envolvendo o ISS nos serviços tomados de terceiros pelos órgãos públicos federais. Segundo o parecer, a imunidade recíproca proíbe apenas a instituição de impostos de um ente da federação contra outro.

“Nós entendemos que a imuni-

dade não desobriga a retenção de imposto na fonte”, disse o coordenador-geral de Assuntos Tributários da PGFN, Leonardo Alvim, durante reunião no dia 05 de abril, quando informou que a Procuradoria estava fianalizando o parecer que atendia ao pedido da FNP ■

Conquista da FNP

FNP orienta municípios a judicializar Imposto de Renda Retido na Fonte

Após esgotar a negociação com o governo federal, a FNP encaminhou, no dia 4 de maio, mensagem a todos os prefeitos indicando a judicialização como forma de tentar reverter a mudança de entendimento da Receita Federal a respeito da titularidade do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) em rendimentos pagos pelo município. Conforme determina a Constituição Federal, esses valores são de titularidade dos municípios que realizam estas retenções.

O governo federal passou a adotar entendimento de que “os municípios apenas teriam direito ao IRRF que fosse incidente sobre os rendimentos pagos, exclusivamente, aos seus empregados”. Essa interpretação prejudica estados e municípios, além de violar o art.

158. I, da Constituição, que concede aos entes subnacionais o produto do IRRF retido a qualquer título. Não se limitando, portanto, ao imposto de renda retido de seus funcionários.

Negociação

Na tentativa de reverter a interpretação vigente, a FNP, em conjunto com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e o Fórum de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras, manteve exaustivas negociações com o governo federal. O tema foi tratado no dia 4 de março, com a presidente da República Dilma Rousseff, em reunião do Comitê de Articulação Federativa (CAF); e no dia 24 de março, com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda – Dyogo de Oliveira, durante a

69ª Reunião Geral da FNP no Rio de Janeiro/RJ.

No dia 5 de abril, em nova reunião com Secretário Executivo Dyogo Oliveira e técnicos da Receita Federal, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), outra vez, o assunto esteve na pauta. Já no dia 28 de abril, em uma última tentativa de negociação, novamente com representantes do Ministério da Fazenda e técnicos da Receita Federal, da PGFN e da STN, a FNP esgotou o tema.

Diante das sucessivas tentativas, e do parecer da PGFN, divulgado no dia 29 de abril, reafirmando a tese defendida pelo governo federal, e dos encaminhamentos da Plenária dos Prefeitos da 69ª Reunião Geral do Rio de Janeiro,

a FNP sugeriu aos prefeitos a judicialização dessa questão no âmbito de cada município.

Para tanto, a FNP disponibiliza documentos para embasar a ação e informa, ainda, que o município de Belo Horizonte/MG já judicializou a questão, tendo êxito na obtenção de medida liminar em primeiro grau de jurisdição. Na decisão favorável à capital mineira, a Juíza Federal Substituta Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira afirma: “Considerando que o dispositivo legal é de aplicabilidade imediata e eficaz plena, e que uma Instrução Normativa da Receita Federal não tem o condão de revogar artigo constitucional, defiro o pedido liminar.”

Perdas

De acordo com levantamento

preliminar feito pela Abrasf, São Paulo/SP e Curitiba/PR devem ser as capitais mais afetadas com redução da arrecadação do imposto, com quedas da ordem de R\$ 274 milhões e R\$ 33 milhões respectivamente neste ano.

Lista, divulgada pela Abrasf, com Imposto de Renda Retido na Fonte de algumas capitais (valores em R\$ milhões):

São Paulo/SP – R\$ 274
Curitiba/PR – R\$ 33
Belo Horizonte/MG – R\$ 31
Rio de Janeiro/RJ – R\$ 20,7
Fortaleza/CE – R\$ 20,4
Recife/PE – R\$ 8,6
Goiânia/GO – R\$ 8
Porto Alegre/RS – R\$ 7
Vitória/ES – R\$ 5,2 ■

Prefeitos debatem gestão pública e aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal

Breno Patano / PPH



Lacerda fala do ano difícil para o fechamento de contas

O 33º Congresso Mineiro de Municípios evidenciou a preocupação dos governantes locais com o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no fim do mandato. O evento, realizado de 3 a 5 de maio, em Belo Horizonte/MG, reuniu também gestores públicos, empresários e representantes da sociedade civil.

Promovido pela Associação Mineira de Municípios (AMM), o Congresso contou com uma programação voltada ao debate de temas relacionados às perspectivas da administração pública e às consequências da crise econômica na aplicação da Lei de LRF. As novas regras das eleições municipais de 2016 e a judicialização da saúde também foram

discutidas durante o encontro.

“Esse é um ano difícil para os prefeitos. As prefeituras precisam fechar as contas de acordo com o que a Lei de Responsabilidade Fiscal prevê e, com uma arrecadação abaixo da esperada, os cortes e sacrifícios se tornam mais volumosos. Esperamos que o país reencontre o caminho do crescimento econômico, pois sem uma melhora na arrecadação, estaremos em uma situação ainda mais difícil nos próximos anos”, destacou o prefeito anfitrião e presidente da FNP, Marcio Lacerda, na cerimônia de abertura do Congresso.

De acordo com estudo da MDA Pesquisa, feito em 638 municípios mineiros, cerca de 74,2% dessas

cidades não conseguirão fechar as contas em 2016, devido à queda na arrecadação.

A abertura do evento contou também com a presença do presidente da AMM e prefeito de Pará de Minas, Antônio Júlio; do vice-governador de Minas Gerais, Antônio Andrade; e do presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Eduardo Tadeu Pereira.

Além das palestras e mesas de debate, integraram ainda a programação do Congresso a 32ª Feira para o Desenvolvimento dos Municípios, o 5º Congresso Mineiro de Vereadores, o 1º Fórum Eleitoral, em parceria com a OAB/MG, e o 1º Seminário de Assistência Social ■

FNP propõe regulamentação de artigo da LRF

Em reunião com mais de 20 presidentes de Tribunais de Contas Estaduais, a FNP propôs a unificação do entendimento do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A audiência, um desdobramento da 69ª Reunião Geral da entidade, foi realizada no dia 18 de abril, durante o I Congresso Internacional de Contas Públicas, realizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), em São Paulo/SP.

No encontro, o secretário de Finanças da capital paulista, Rogério Ceron, vice-presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), apresentou a proposta, representando a FNP. Aos presidentes dos Tribunais de Contas, Ceron destacou que os critérios para verificação de cumprimento do artigo 42 são controversos e geram polêmica entre os prefeitos quanto ao momento em que se verifica a contração da obrigação de despesa e o conceito de disponibilidade de caixa.

Segundo o secretário, o descumprimento do artigo, além das sanções do ponto de vista admi-

nistrativo, também suscita uma sanção penal. “Isso é muito grave, o que torna a necessidade de ter clareza quanto ao critério de verificação para o cumprimento desse artigo”, disse, reforçando a proposta.

Unificação do entendimento do artigo 42 da LRF

A sugestão da FNP surge diante das divergências de entendimentos sobre a aplicação da LRF, mais especificamente quanto ao artigo 42, que têm deixado os prefeitos preocupados com a insegurança jurídica. Conforme a proposta seria considerada disponibilidade de caixa o montante da disponibilidade de caixa bruta do ente. Quanto à obrigação de despesa, seria a efetivada após a prestação do serviço ou a entrega do bem objeto de prévio empenho e contrato, atestado o seu cumprimento formal e respectiva liquidação para fins de pagamento.

Encaminhamentos

Os presidentes de Tribunais presentes avaliaram como positiva a proposta. O presidente do TC-MS, Waldir Neves, afirmou, ainda, que seria necessário padronizar a jurisprudência de diversos outros itens das contas públicas, que geram decisões ambivalentes e litígios de interpretação entre municípios e tribunais de contas ■



Rogério Ceron

Presidente da FNP defende ampliação do controle social em Congresso

A importância da democratização da informação sobre o orçamento público, da transparência e da ampliação do controle social na programação orçamentária esteve entre os pontos defendidos pelo prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP, durante o I Congresso Internacional de Contas Públicas. O encontro foi realizado em São Paulo/SP, de 18 a 20 de abril.

Segundo o presidente da FNP, os municípios tendem a desenvolver planos setoriais, fragmentando o planejamento em áreas temáticas isoladas umas das outras. “Isso difi-

culta a execução integrada, transparente e multissetorial do orçamento público”, destacou.

No caso de Belo Horizonte, Lacerda explicou que, para superar a fragmentação da execução orçamentária, assim como para promover medidas de qualificação da participação social e da transparência, foi necessário desenvolver e implementar instrumentos de planejamento. Nesse sentido, citou medidas como o planejamento estratégico participativo, que assegurou a participação intensiva dos conselhos municipais e da Câmara de Vereadores.

O prefeito falou ainda da necessidade de diálogo dos municípios com a sociedade e os tribunais de contas, no contexto da atual adversidade econômica e fiscal pela qual o país passa. “O quadro de aprofundamento da economia impacta diretamente nos municípios, agravando o desequilíbrio fiscal já gerado pelas assimetrias federativas, que tem elevado à participação dos municípios na despesa total dos entes públicos ao mesmo tempo em que diminuíram sua participação na receita distribuída e arrecadada”, disse.

Também participaram do evento como debatedores os presidentes

do TCE-MG, Sebastião Helvécio de Castro, e do TCE-MT, Valter Albano da Silva; o presidente do Tribunal de Contas da Província de Buenos Aires, Eduardo Grinberg; e o professor de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito de São Paulo, José Maurício Conti.

LRF

Durante sua participação no Congresso, o prefeito Marcio Lacerda também entregou um pedido aos conselheiros e presidentes de Tribunais de Contas para uma padronização da jurisprudência sobre as contas públicas municipais em

temas como o da interpretação do Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Lacerda apontou que o excesso de interpretações diferentes por parte dos tribunais tem dificultado a atividade dos gestores e ocasionado a judicialização da gestão orçamentária dos municípios e da política em geral.

O tema também foi debatido durante uma reunião, com o secretário de Finanças de São Paulo/SP, Rogério Ceron, vice-presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) (Saiba mais nesta página) ■

Mobilidade urbana e políticas tarifárias de transporte coletivo são pautas de debate

Reprodução vídeo



Cide Municipal é uma alternativa para baratear tarifa

“Cide Municipal é uma alternativa para baratear tarifa”, disse. O secretário-executivo também sugeriu a incorporação de outras competências nessa discussão e apontou a área da saúde como alternativa, diante da dificuldade de financiamento. “Nós podemos ter os profissionais da saúde dos três níveis de governo como aliados no debate da mobilidade urbana, que pode contribuir para diminuir a tensão que é o financiamento da saúde”, falou.

Meio ambiente, finanças públicas e desenvolvimento econômico também foram destacados pelo secretário-executivo para reforçar a transversalidade que envolve o tema da mobilidade.

Tarifas

O aumento das tarifas do transporte público coletivo também foi debatido durante o Extra Conect@. O assunto foi abordado pelo diretor administrativo e institucional da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), Marcos Bicalho dos Santos. De acordo com o diretor, as gratuidades, a depreciação e os

congestionamentos são as razões mais evidentes dessa crescente.

Conforme dados apresentados por ele, os automóveis particulares ocupam 80% do espaço viário e transportam 20% dos passageiros. “As políticas sociais precisam ser revistas para representarem justiça social”, concluiu.

Cide Municipal

Como alternativa para o barateamento das tarifas, a FNP defende a proposta da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide) Municipal sobre os combustíveis. Durante o evento, Gilberto Perre explicou ainda que um acréscimo de 10 centavos no litro da gasolina poderia impactar em diminuição de 30 centavos na tarifa do transporte. “Isso geraria um círculo virtuoso, pois atrai nova clientela, mais usuários, diminuindo o custo unitário das tarifas”, comentou.

Para o secretário, apesar de a proposta ser, atualmente, vista com reservas, é um tema que em algum momento deva ser discutido. “Tudo indica que se não houver um desincentivo ao transporte individual, nós não vamos superar esse impasse”, alertou ■

PEC dos Precatórios: para avançar, municípios trabalham em alterações no Senado

Dando continuidade à articulação da FNP para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 159/2015, que institui regime especial para pagamento de precatórios, corpo técnico articulado pela FNP está elaborando sugestão para alteração da proposta. O objetivo é acabar com a resistência à aprovação da proposição, em especial pelo uso de depósitos judiciais de terceiros para o pagamento dos precatórios.

A proposta de alteração, elaborada por técnicos do município de São Paulo/SP e do estado de São Paulo, está em discussão no Fórum de Procuradores Gerais das Capitais Brasileiras, em conjunto com a Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf) e técnicos de municípios. Quando consolidada, deverá ser apresentada como emenda à PEC 159/2015. Dessa forma, pretende-se eliminar as resistências apresentadas no Senado e aprovar a proposição, que tramita em regime especial na Casa e está em plenário para votação em primeiro turno. Se aprovada com emenda, a PEC retornará para análise da Câmara dos Deputados.

No dia 8 de março, prefeitos pediram que o Tribunal de Justiça de São Paulo aceitasse o pagamento dos

precatórios com os mesmos percentuais da Receita Corrente Líquida (RCL) aplicados no ano passado. Os prefeitos defenderam que o Tribunal aplicasse o critério até que a PEC 159/2015 fosse aprovada no Congresso Nacional. A Emenda disciplinaria um regime mais sustentável para o pagamento dos precatórios, sem comprometer a prestação de serviços públicos à população.

Em resposta, o presidente do TJ-SP, o desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, recomendou aos prefeitos que orientem os demais municípios a encaminhar ofício ao Tribunal de Justiça, indicando um percentual da RCL para o pagamento dos precatórios adequado à situação financeira do município, fundamentando a aplicação do percentual indicado e quais as implicações da cobrança dos percentuais estipulados atualmente.

PEC 212/2016

Está tramitando no Senado, a PEC 212/2016 (no Senado PEC 152/2015), de autoria do senador José Serra, que também trata sobre o tema. A matéria estabelece prazo máximo de 10 anos para novo regime especial de pagamento de precatórios, no entanto, a proposta não trata sobre criação de fundos para pagamento de precatórios ■

Programa Cidades Sustentáveis lança plataforma atualizada com os ODS

Novo plataforma do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) foi lançada nos dias 6 de abril, em São Paulo/SP, e 14 de abril, em Brasília. A ferramenta foi atualizada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), que incorpora 17 macro objetivos e 169 metas aprovados em setembro de 2015 pela Assembleia Geral da organização, com o propósito de acabar com a pobreza nos próximos 14 anos (Agenda 2030).

A ferramenta é uma versão atualizada do Guia GPS - Gestão Pública Sustentável, promovido pela Rede Nossa São Paulo e Programa Cidades Sustentáveis, e tem o apoio da FNP e da Associação Brasileira de Municípios (ABM).

No lançamento de Brasília, o prefeito de Divinópolis e vice-presidente de gestão pública da FNP,

Vladimir Azevedo, falou sobre o apoio da FNP e a importância de se trabalhar com alianças. “Mais que apoiadora, a Frente é comprometida com essa agenda, desde a primeira plataforma, ainda mais agora, com a evolução do sistema, diante dessa janela eleitoral de 2016. Sou um dos coordenadores do EMDS (Encontro Municipal de Desenvolvimento Sustentável), promovido pela FNP, uma das maiores agendas municipalistas do nosso País sobre o tema. Na última edição, participaram aproximadamente 10 mil pessoas”, pontuou.

O coordenador geral da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis, Oded Grajew, ressaltou o momento político importante para as prefeituras, uma vez que em 2016 serão realizadas as eleições municipais.

Para o secretário do Grupo de Grandes Cidades para a Liderança

Climática (C40), Rodrigo Rosa, a iniciativa é muito importante para melhorar a qualidade do planejamento urbano das cidades brasileiras. “O desenvolvimento sustentável deve ser um objetivo das cidades grandes, médias e pequenas”, finaliza.

Participaram ainda da mesa o coordenador executivo da Rede Nossa São Paulo e do Programa Cidades Sustentáveis, Mauricio Broinizi; o prefeito de Patrocínio

Paulista/SP e representante da ABM, Marcos Ferreira; a oficial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ieva Lazareviciute; e a representante do Movimento Nossa Brasília e da Rede Social Brasileira por Cidade Justas, Democráticas e Sustentáveis, Cleo Manhas.

Em São Paulo, o prefeito Jairo Jorge, de Canoas/RS, vice-presidente de Reforma Federativa

representou a FNP e disse que o programa criou instrumentos e ferramentas para o enfrentamento de problemas centrais da gestão pública local. Além disso, Jorge ressaltou que o programa é de extrema relevância para situar os gestores que vão disputar as eleições de 2016 nas agendas da sustentabilidade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ■



Prefeito Vladimir participou do lançamento em Brasília

Paulo Negreiros / FNP

Medida Provisória garante permanência de médicos cooperados e in-

Paulo Nogueiras / FNP



Mais Médicos já atendeu mais de 63 milhões de brasileiros em todas as regiões do país

A presidente da República Dilma Rousseff assinou no dia 29 de abril, Medida Provisória (MP) que permite a prorrogação da permanência de médicos brasileiros formados no exterior e estrangeiros no Programa Mais Médicos para o Brasil. A iniciativa atende à solicitação dos prefeitos da FNP que, durante a 69ª Reunião Geral no Rio de Janeiro, demonstraram preocupação com o fim dos contratos e deliberaram sobre o pedido formal à presidente.

Segundo a presidente, a MP é complementar ao programa, pois iguala as condições de participação de médicos formados no Brasil e no exterior e garante o tempo de atuação de três anos, com possibilidade de renovação por mais três anos. “Essa medida vai beneficiar a população imediatamente e com isso estamos de olho no interesse da população”.

Dilma Rousseff explicou que, caso a MP não fosse assinada, mais sete mil

médicos precisariam deixar o programa somente até o final deste ano e o restante no início do ano que vem. “Vejam só o impacto desta Medida Provisória. Se 71% dos médicos que garantem atenção à saúde precisariam ser substituídos, nada mais justo do que fazer uma MP que garanta esse horizonte adequado”, falou.

“A medida provisória é um grande alívio para nós prefeitos que estávamos preocupados com a descontinuidade dos médicos estrangeiros. O governo federal teve essa sensibilidade e a gente espera que o Congresso Nacional aprove”, disse o prefeito de Belo Horizonte/MG, Marcio Lacerda, presidente da FNP.

O ministro interino da Saúde, Agenor Alves, afirmou que o compromisso do atual governo não é apenas com “formalidades de projetos”. “Somente um governo legitimado pela população brasileira teria coragem de enfrentar e dizer para o povo que o compromisso

do governo é com o povo brasileiro”.

O prefeito de Porto Alegre/RS, José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da FNP, também participou da solenidade.

Novas vagas do curso de Medicina

Para dar continuidade ao programa e garantir atendimento à população, outra reivindicação da FNP é quanto à celeridade no julgamento do Tribunal de Contas da União (TCU) do processo que está suspendendo a abertura de mais de duas mil novas vagas para graduação no curso de medicina, em 39 municípios brasileiros.

O tema também foi tratado durante a cerimônia de divulgação da MP. Em seu discurso, a presidente Dilma Rousseff manifestou apoio ao pleito da FNP, que pede celeridade no julgamento. “Eu queria me solidarizar e apoiar a afirmação do prefeito Marcio Lacerda no sentido de se apressar a decisão que autoriza as 39 instituições que auar-

dam decisão do Tribunal de Contas da União”, completou a presidente.

Para o prefeito Lacerda é urgente a abertura das novas vagas nos cursos de medicina, iniciativa que está parada no TCU desde outubro de 2015. O edital paralisado já estava em fase de seleção e classificação das propostas das instituições. A expectativa era de realização de provas de seleção no início de 2016.

A abertura de novas vagas é uma das etapas do programa que, além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

g100

O grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica, o g100, foi incluído como critério oficial e prioritário na distribuição de profissionais do programa Mais Médicos, em 2015, a pedido da FNP. Dos 109 municípios que compõem o grupo, 105 participam do programa e somam 1.719 médicos em atividade no atendimento à saúde básica. Desses, 1.032 médicos estrangeiros terão o contrato renovado com a Medida Provisória ■

Manaus



Rio Branco



Palmas



Macapá



Brasília



Campo Grande



Porto Alegre



Municípios	UF	Renovados pela MP	Médicos em atividade
Macapá	AP	52	58
Nova Iguaçu	RJ	5	47
Carapicuíba	SP	37	37
Caruaru	PE	21	36
Ribeirão das Neves	MG	35	36
Paulista	PE	18	34
Cariacica	ES	20	34
Caucaia	CE	2	32
Itapipoca	CE	17	30
São João de Meriti	RJ	10	30
Jaboatão dos Guararapes	PE	16	28
Parnaíba	PI	14	28
Belford Roxo	RJ	9	28

Municípios	UF	Renovados pela MP	Médicos em atividade
Vitória da Conquista	BA	12	27
Uruguaiana	RS	21	27
Viamão	RS	25	27
Santarém	PA	17	26
Ji-Paraná	RO	9	26
Feira de Santana	BA	18	25
Ananindeua	PA	0	24
Alagoinhas	BA	7	23
Teixeira de Freitas	BA	19	23
Iguatu	CE	20	23
Olinda	PE	3	23
Bragança	PA	17	23
Igarassu	PE	9	22

Municípios	UF	Renovados pela MP	Médicos em atividade
Colombo	PR	12	22
Petrolina	PE	9	21
Vitória de Santo Antão	PE	9	21
Santana	AP	21	21
Santa Luzia	MG	20	21
Alvorada	RS	15	21
Novo Gama	GO	14	20
Sabarã	MG	15	20
Formosa	GO	10	19
Passos	MG	11	19
Planaltina	GO	10	18
Bacabal	MA	9	18
Coronel Fabriciano	MG	15	18

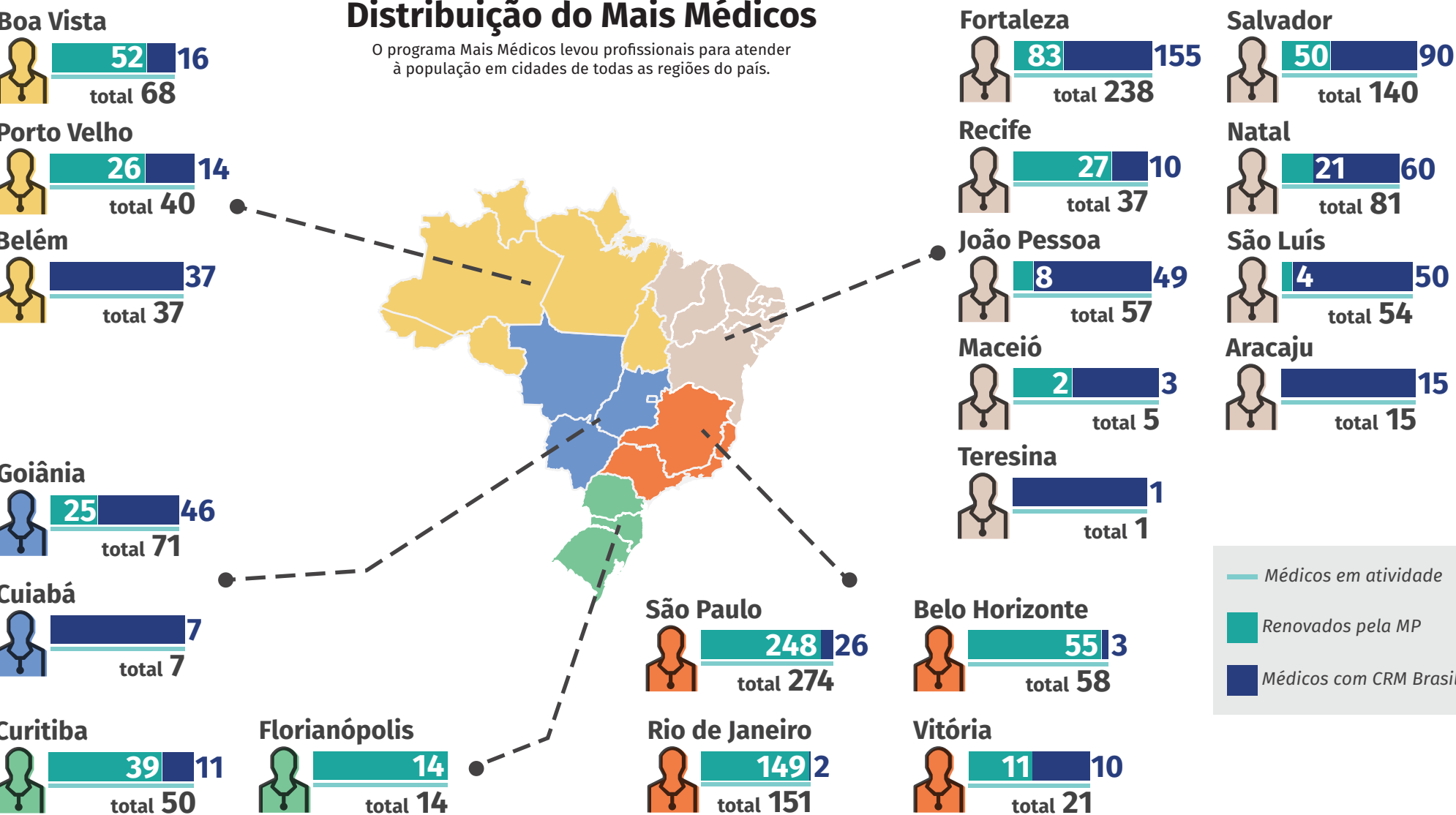
Municípios	UF
Guarapuava	PR
Trindade	GO
Cáceres	MT
Codó	MA
Francisco Morato	SP
Águas Lindas de Goiás	GO
Quixadá	CE
Barra do Corda	MA
Camargibe	PE
Cruzeiro do Sul	AC
Ferraz de Vasconcelos	SP
Itaquaquecetuba	SP
São José de Ribamar	MA
Piraquara	PR
Crato	CE
Carpina	PE
Parintins	AM
Senhor do Bonfim	BA

Conquista da FNP

Intercambistas em todo o país

Distribuição do Mais Médicos

O programa Mais Médicos levou profissionais para atender à população em cidades de todas as regiões do país.



— Médicos em atividade
 — Renovados pela MP
 — Médicos com CRM Brasil

Ilustração: Philippe Cedro

Renovados pela MP	Médicos em atividade
16	18
11	17
13	17
17	17
14	17
12	16
4	16
14	16
5	16
14	16
8	16
16	16
9	15
8	15
2	14
4	14
11	14
3	13

Municípios	UF	Renovados pela MP	Médicos em atividade
Nossa Senhora do Socorro	SE	10	13
Manacapuru	AM	7	13
Cametá	PA	10	13
Itabuna	BA	3	12
Santa Inês	MA	12	12
São Cristóvão	SE	1	12
São Félix do Xingu	PA	11	12
São Gonçalo	RJ	6	12
Almirante Tamandaré	PR	4	12
Abreu e Lima	PE	3	11
Santa Cruz do Capibaribe	PE	10	11
Lagarto	SE	10	11
Castanhal	PA	7	11
Conselheiro Lafaiete	MG	3	11
Ubá	MG	8	11
Sarandi	PR	7	11
Ilhéus	BA	3	10
Tímon	MA	7	10

Municípios	UF	Renovados pela MP	Médicos em atividade
Breves	PA	10	10
Gravatá	PE	4	9
Serra Talhada	PE	8	9
Itaituba	PA	8	9
Araguaína	TO	5	9
Mesquita	RJ	7	9
Porto Seguro	BA	6	8
Santo Antônio de Jesus	BA	5	8
Serrinha	BA	8	8
Bayeux	PB	1	8
Abaetetuba	PA	3	8
Tailândia	PA	8	8
Japeri	RJ	7	8
Valença	BA	4	7
Juazeiro do Norte	CE	0	7
Marituba	PA	5	7
Queimados	RJ	6	7
Paço do Lumiar	MA	2	6
Araripina	PE	1	6

Municípios	UF	Renovados pela MP	Médicos em atividade
Itacoatiara	AM	6	6
Várzea Grande	MT	0	5
Garanhuns	PE	1	5
Teófilo Otoni	MG	5	5
Ibiporã	PR	5	5
Pinheiro	MA	4	4
Santa Rita	PB	0	4
Caratinga	MG	3	3
Patos	PB	2	2
Guanambi	BA	1	1
Nilópolis	RJ	1	1

*Fonte: Ministério da Saúde

g100
 MUNICÍPIOS POPULOSOS
 COM BAIXA RECEITA PER CAPITA
 E ALTA VULNERABILIDADE
 SOCIOECONÔMICA

Educação: gasto por aluno aumenta acima do total das despesas

A despesa com educação dos municípios brasileiros totalizou R\$ 128,5 bilhões em 2014, dados mais atualizados disponíveis, com um crescimento real de 4,5% em relação ao ano anterior, mantendo uma trajetória de ascensão ininterrupta desde 2004. Os dados são da 11ª edição do anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil, publicação da FNP com Aequus Consultoria.

Os números ainda reforçam que, se excluído São Paulo/SP, que teve uma redução forte na despesa – de R\$ 8,6 bilhões, em 2013, para R\$ 7,6 bilhões, em 2014 –, o gasto do conjunto dos municípios brasileiros alcança um aumento de 5,8%. Dentre os destaques estão: Salvador/BA (23,9%), Boa Vista/RR (23,8%), Natal/RN (21,7%), Curitiba/PR (17,5%), Recife/PE (10,9%) e Florianópolis/SC (10%), que registraram um crescimento real significativo, acima de dois dígitos.

Por outro lado, segundo o

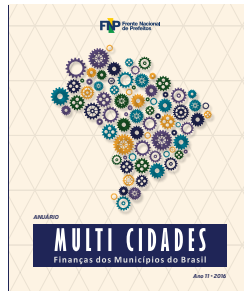
anuário, além de São Paulo, apresentaram retração na despesa em educação as cidades de Maceió/AL (-42,3%), Macapá/AR (-10,5%), Belém (-7,1%) Porto Velho/RO (-5,6%), Rio de Janeiro/RJ (-4,9%) e Aracaju/SE (-4,7%). Os dados de 2014 são os mais recentes divulgados no Brasil.

Gasto por aluno e número de matrículas

Os municípios brasileiros gastaram, em média, R\$ 5.565,43 por aluno matriculado na rede municipal de ensino em 2014, 5% a mais do que no ano anterior. O gasto vem aumentando, sistematicamente, nos últimos 10 anos, acima da taxa de crescimento da despesa com educação.

A equipe de economistas da Aequus Consultoria explicou que esse fato se deve, principalmente, à diminuição no total de matrículas da rede municipal de ensino que tem recuado ano após ano, reflexo das mudanças demográficas pelas

quais a população brasileira tem passado nas últimas décadas, com a diminuição da taxa de fecundidade feminina associada ao aumento da renda domiciliar, induzindo a migração de alunos para a rede privada



de ensino.

Além disso, segundo os economistas, nota-se que, enquanto há uma queda no quantitativo de alunos do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos, há um aumento significativo no número de matrículas na educação infantil, iniciado a partir de 2012.

Desempenho de 2015

Com base nos dados de 20 capitais disponíveis no site Compara Brasil (www.comaprabrasil.com), é possível observar uma forte redução no ritmo de crescimento dos recursos aplicados em educação em 2015, com aumento de apenas 1,5%. No entanto, excluindo-se os aumentos registrados no Rio de Janeiro e em São Paulo que, devido ao maior volume da despesa nessas cidades, acabam por afetar o resultado do conjunto, há uma pequena queda de 0,4%. Ainda assim, essa redução foi menos intensa que a da receita corrente dessas mesmas capitais, da ordem de -3,2%.

Multi Cidades

Em sua 11ª edição, o anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil analisa o desempenho das finanças municipais em 2014 e faz um balanço das quedas das principais receitas municipais em 2015. Além de debater sobre a atual divisão da receita disponível

entre municípios, estados e União, o anuário aborda, em detalhes, os fatores que afetaram a arrecadação dos principais tributos municipais, como o ISS e o IPTU, e a evolução das maiores transferências que os municípios recebem dos estados e da União.

O anuário dedica-se, ainda, ao acompanhamento das despesas dos municípios, como saúde, educação, gastos com as Câmaras, a evolução dos investimentos e dos custeios, o comprometimento com as despesas com pessoal e até a renegociação das dívidas municipais junto à União estão pautadas nesta edição.

A 11ª edição do anuário Multi Cidades tem o patrocínio do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, da Direcional Engenharia, MRV Engenharia, Aegea Saneamento, Construtora Emccamp e prefeitura de Guarulhos. A publicação está disponível para download no site da FNP www.fnp.org.br ■

Brasília sedia o IX Congresso Consad de Gestão Pública

O IX Congresso Consad de Gestão Pública, que será realizado em Brasília/DF, de 8 a 10 de junho está com inscrições abertas até o dia 6 de junho. “A transformação dos governos para a nova economia digital” é a conferência magna do congresso que terá como palestrante o ex-ministro de Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC) da Colômbia, Diego Molano Veja.

Entre os tópicos abordados por Molano está a transformação dos governos para a nova economia digital, com destaque para o Plano Vive Digital, implantado em 2010, em seu país. O projeto popularizou a internet, reduziu a pobreza e criou novos empregos para os colombianos. Diego participa do maior evento sobre gestão pública do Brasil a convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O evento também contará com a palestra “Crise Fiscal e Administração Pública no Brasil”, ministrada pelo assessor técnico do Senado Federal, José Roberto Afonso, que

também é consultor especializado em finanças e federalismo.

Mesas temáticas também estão na programação preliminar do evento, com os assuntos: “Panorama sobre compras governamentais: da teoria à prática”, com o professor



Stephen Schooner, codiretor do Programa de Leis de Compras Governamentais, na Universidade George Washington/EUA; “Diagnóstico das compras públicas no Brasil”, com o representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Hugo Florez Timoran; e “A comunidade de práticas em compras públicas”, com o representante da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Paulo Marques.

“Capacidades estatais e dilemas do Brasil de hoje” é o tema da mesa-redonda, que contará com as contribuições de Alexandre de Ávila Gomide, chefe da Assessoria Técnica do Gabinete da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e de Roland Clark, coordenador do Banco Mundial.

Painéis, que serão apresentados por gestores nacionais e internacionais; o lançamento de livros relacionados às temáticas do Congresso e da edição especial da revista Governança e Desenvolvimento, também fazem parte da programação do evento.

Mérito Consad de Gestão Pública

Tradicionalmente, a cerimônia de abertura do Congresso Consad reserva espaço para a entrega do Mérito Consad de Gestão Pública. A honraria é concedida em reconhecimento à atuação profissional, no campo da gestão, da pesquisa ou da política em defesa da gestão pública ■

IPEA elabora nota técnica sobre arrecadação do IPTU, com apoio da FNP e Abrasf

Em parceria com a FNP, o Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea) promove em Brasília/DF, no dia 7 de junho, um workshop com o objetivo de validar a nota técnica com proposta de indicadores para medir a eficiência da arrecadação do Imposto Territorial e Predial Urbano (IPTU) por município brasileiro. O documento é resultado de uma série de reuniões iniciadas em setembro do ano passado.

O encontro deve reunir técnicos da Direção de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (DIRUR) do Ipea, representantes da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), além de pesquisadores e especialistas na área de tributos.

Nota técnica

A nota técnica apresenta indicadores para todos os 5.570 municípios do Brasil, em razão das realidades totalmente distintas.

Critérios populacionais, de desenvolvimento econômico e social, territoriais e outros fatores externos também foram ponderados para a definição do parâmetro. Além disso, o documento deverá apontar também os benefícios que a eficiência na cobrança do IPTU pode resultar aos municípios e seus habitantes, para superar a estagnação da carga tributária no Brasil nos anos recentes e para a relação entre a arrecadação municipal e recursos de transferências externas, entre outros aspectos.

Segundo a 11ª edição do anuário Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil, uma publicação da FNP com a Aequus Consultoria, a arrecadação per capita de IPTU para o agregado dos municípios brasileiros, em 2014, foi de R\$ 123,93. A média nacional foi menos da metade do indicador para os municípios com mais de 500 mil habitantes, de R\$ 256,38. No caso dos municípios com menos de 10 mil habitantes, a receita per capita foi de apenas R\$ 20,50 ■

Assemae promove debate sobre direito ao saneamento básico



46ª Assembleia Nacional da Assemae

Saneamento Básico: um direito de todos

16 a 19 de maio de 2016

Jaraguá do Sul - Santa Catarina

A Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) realiza, nos dias 16 a 19 de maio, em Jaraguá do Sul/SC, a 46ª Assembleia Nacional. O tema central de debates será “Saneamento básico: um direito de todos”, e o objetivo é incentivar a agenda do saneamento como prioridade do país, garantindo a gestão eficiente, controle social e sustentabilidade dos serviços municipais.

“Queremos apresentar alternativas para que os municípios

avancem na gestão pública do saneamento e levem mais saúde à população”, destaca o presidente da Assemae, Aparecido Hojaij. A programação contará ainda com apresentações de trabalhos técnicos, exposição de tecnologias, feira de saneamento e uma série de palestras com técnicos do setor.

A cerimônia de abertura oficial será realizada às 19h do dia 16 de maio e contará com representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de diretores dos

serviços de saneamento básico, pesquisadores, fornecedores, técnicos, e representantes de organizações não governamentais.

O evento abrirá espaço para a discussão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e os financiamentos destinados ao setor. Também serão debatidos temas como: “Cenários da privatização no Brasil e no mundo”; “Eficiência energética e alternativas de geração de eletricidade para o saneamento”; “Pacto Global: movimento pela redução de perdas de água na distribuição”; e “Contexto do biogás no tratamento de esgotos no Brasil”.

O último dia será marcado pela realização de atividades paralelas como visitas técnicas, apresentações de trabalhos técnicos, palestras tecnológicas, minicurso de modelagem hidráulica e feira de saneamento básico, com 50 estandes.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas no site da Assemae, no endereço www.assemae.org.br ■

Sebrae realiza 5ª edição do Seminário Brasil Mais Simples

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) promoveu, nos dias 28 e 29 de abril, a 5ª edição do Seminário Brasil Mais Simples 2016. Com o objetivo de discutir estratégias para desburocratizar o ambiente legal para o setor das micro e pequenas empresas, nas esferas nacional, estadual e municipal, o evento reuniu mais de 500 parceiros.

A programação do evento contou com painéis e oficinas para discussão de temas e formulação de agendas direcionadas às ações de simplificação dos processos

para abertura, registro e licenciamento de empresas, além da articulação entre os diversos atores envolvidos na gestão pública.

O coordenador de projetos e articulação institucional da FNP, Paulo Miotta, participou do evento. Na ocasião apresentou o plano de governança da entidade e falou sobre os projetos e convênios que estão em vigência: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável; Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente e Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo ■

Trata Brasil organiza mesa-redonda sobre saneamento em áreas irregulares



Divulgação

O presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcos Lacerda participará da mesa-redonda “Saneamento em Áreas Irregulares nas Grandes Cidades Brasileiras – Dificuldades e Oportunidades”, dia 16 de maio, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em São Paulo (SP).

A iniciativa do debate é do Instituto Trata Brasil, responsável por um estudo sobre o tema em parceria com a Reinfra Consultoria, além do Grupo de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais da FGV e da Subcomis-

são Especial da Universalização do Saneamento da Câmara dos Deputados. O encontro reunirá representantes dos setores que pensam e fazem o saneamento básico no Brasil.

O objetivo da mesa-redonda será aprofundar a discussão sobre de que maneira o saneamento básico poderá chegar a milhões de pessoas que vivem em áreas consideradas irregulares, sem acesso aos serviços de saneamento, o que sobrecarrega os sistemas de saúde, com impacto nos recursos hídricos ■

Vencedores do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor serão conhecidos dia 10 de maio



Os vencedores nacionais da IX Edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor serão anunciados no dia 10 de maio, na sede do Sebrae Nacional, em Brasília. Serão homenageados 12 prefeitos que realizaram em seus municípios os melhores projetos de incentivo a pequenos negócios em 2015 e 2016.

Puderam se inscrever prefeitos municipais de todo o Brasil e administradores regionais do Distrito Federal (DF) e de Fernando de Noronha (PE). Os projetos apresentados têm como foco empresas formais ou em processo de formalização, individuais ou organizadas em consórcios e associações, de qualquer setor e localizadas em áreas urbanas e rurais.

Essa edição contou com duas novas categorias: Municípios Integrantes do g100 e Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária. Os inscritos também concorrem nas categorias Melhor Projeto; Implementação e Institucionalização da Lei Geral; Compras Governamentais de Pequenos Negócios; Desburocratização e Formalização; Pequenos Negócios no Campo; e Inovação e Sustentabilidade.

Segundo dados do Sebrae, este ano a premiação contou com mais de 1,8 mil inscrições, superando a expectativa de 1,5 mil. Desse total, foram vitoriosos 148 projetos nas etapas estaduais.

Saiba mais no site www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br ■

Projeto Rio 2016: Região Metropolitana adere à capacitação da rede local de atendimento



Gestores conheceram detalhes do projeto

Representantes das secretarias e de órgãos de Nilópolis, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Magé, Queimados e Duque Caxias, municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro/RJ, se comprometeram a participar do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos da Criança e do Adolescente”. O apoio e a adesão de gestores à iniciativa, envolvidos diretamente com políticas para a proteção da infância e da adolescência, foi tema de uma reunião promovida pela FNP, em Nilópolis/RJ, na manhã de quarta-feira, 20.

Além de técnicos da FNP, também estiveram presentes representantes da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro e da organização Viva Rio, parceiros do projeto. Gestores de

São Gonçalo/RJ também sinalizaram o interesse em participar do projeto, durante um encontro com a FNP, realizado no período da tarde, na sede da Subsecretaria de Direitos Humanos do município do Rio de Janeiro.

Na reunião da manhã, foram apresentados o projeto, com ênfase no eixo de capacitação da rede local de atendimento durante as Olimpíadas e Paralimpíadas 2016, e a estratégia elaborada pelo município do Rio de Janeiro no âmbito do Comitê Local de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes durante mega eventos. Os representantes presentes também foram convidados a participar da próxima reunião do Comitê Local.

Para o superintendente da Criança e do Adolescente, em Nilópolis, Antonio Carlos Freitas, o projeto está muito bem articu-

lado, o que poderá realmente inibir as principais violações aos direitos da criança e do adolescente durante o período dos jogos, principalmente a exploração sexual infantil. “Em Nilópolis, temos muitas ações de prevenção, mas também de denúncia em caso de violações.

Acho que conseguiremos uma ampla participação da Região Metropolitana nesse projeto”, ressaltou.

Ao final do encontro, cada cidade se comprometeu em participar com a capacitação de pelo menos 10 representantes da rede local. Os treinamentos começam dia 23 de maio. Os servidores deverão ser indicados pelos municípios participantes até o dia 10 de maio. O curso é realizado em parceria pela FNP, o município do Rio de Janeiro por meio da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a Viva Rio e com o apoio do Centro de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes do Rio de Janeiro (Cedeca/RJ) e a o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). No total, o projeto prevê a capacitação de pelo menos 480 pessoas, entre servidores públi-

cos e operadores de organizações não governamentais do Rio de Janeiro.

Os municípios também apresentaram as iniciativas de cada cidade voltadas à proteção da criança e do adolescente e avaliaram de que maneira as ações do projeto poderiam ser integradas ao planejamento de cada município. Os representantes das cidades presentes na reunião também sinalizaram o apoio na divulgação da campanha de comunicação de grande porte, prevista para ser lançada no próximo mês, e do edital de seleção de jovens do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana que irão integrar o grupo de voluntários brasileiros e internacionais que farão a sensibilização direta e individualizada em lugares de grande participação de público durante os jogos. A participação dos municípios no projeto será formalizada por meio de indicação oficial assinada pelo prefeito do ponto focal de cada cidade.

O objetivo do projeto “Rio 2016: Olimpíadas dos Direitos de Crianças e Adolescentes” é o aprimoramento das políticas municipais de proteção, sensibilização e prevenção das violações dos direitos das crianças e adolescentes durante grandes eventos. As ações são focadas na proteção integral da criança e do adolescente durante as Olimpíadas e Paralimpíadas 2016, com ênfase

em cinco violações consideradas as mais recorrentes em grandes eventos: exploração sexual infantil; trabalho infantil; uso de álcool e outras drogas; crianças em situação de rua; e crianças desaparecidas.

O projeto é uma realização da FNP e cofinanciamento da União Europeia (UE), em parceria com a organização Viva Rio, a organização italiana ISCOS Piemonte e a Rede Internacional End Child Prostitution, Pornography and Trafficking (ECPAT-França), além da prefeitura de Porto Alegre (RS) e municípios do Rio de Janeiro. Recebe, ainda, colaboração da rede de gestores municipais formada por pelas cidades de Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Cuiabá/MT, São Paulo/SP, Curitiba/PR e Manaus/AM, São Luís/MA e Cariacica/ES.

Também apoiam a iniciativa, a Secretaria de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes (SDH-SNPDCA), do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos, em Brasília (DF), Unicef, a Childhood Brasil, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), a ECPAT Brasil, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Cedeca-RJ, o Comitê Organizador das Olimpíadas e Paralimpíadas Rio 2016 e a Rede Mercocidades ■

Prefeitos que concorrem nas próximas eleições devem se desincompatibilizar de cargos na FNP

Em função da legislação eleitoral, prefeitos que irão concorrer ao pleito nas próximas eleições, outubro de 2016, e possuem cargos na diretoria da FNP ou representam a entidade em conselhos ou colegiados, devem se desincompatibilizar dos cargos e funções. A medida atende ao disposto na Lei Complementar nº 64/90, que trata sobre casos de inelegibilidade, prazos de cessação, dentre outras providências em consonância com o artigo 14 da Constituição Federal.



Na ocasião, a FNP está enquadrada nos casos de vínculos a repartições públicas, associações ou empresa que opere no território do Estado, como previsto no art. 1º,

IV, alínea a c/c art. 1º, III, alínea b, 3 da referida lei, ocorrendo a necessidade de desincompatibilizar.

A desincompatibilização de cargos ou funções na FNP deve ser feita por meio de documento oficial informando o desligamento do prefeito. O município, no entanto, permanece filiado à entidade, mantendo todos os direitos e deveres estatutários.

Mais informações por meio do e-mail secretaria@fnp.org.br ou pelos telefones (61)3044-9803 ■

Prazo para transferência de recursos da assistência social acaba este mês

Encerra no dia 20 de maio o prazo para os gestores municipais transferirem os recursos da assistência social para as novas contas vinculadas aos blocos de financiamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas). As contas, abertas em janeiro deste ano pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) são parte das mudanças previstas na Portaria nº 113/2015 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Para se adequarem às novas regras, os gestores devem procurar a agência de relacionamento do Banco do Brasil para atualizar o cadastro e a regularização das contas. O objetivo é que a fiscalização pelos órgãos de controle e monitoramento dos valores investidos em todo o país seja mais eficiente.

Capitais sediam reuniões do projeto Chama Empreendedora

Nina Lima / FNP



Projeto foi tema de reunião na 69ª RG

Encerra, no dia 13 de maio, no Rio de Janeiro/RJ, o percurso da Chama Empreendedora, projeto cujo objetivo é incentivar empresas a se tornarem exportadoras, fomentando o desenvolvimento local. O evento, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRio) e pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), foi inspirado pelo revezamento da Tocha Olímpica, que vai passar por 329 cidades brasileiras.

De acordo com a ACRio, na prática, durante a passagem da Chama Empreendedora, empresários e empreendedores são sensibilizados a vislumbrar uma perspectiva diferente para seu negócio por meio do fomento à cultura exportadora e deve envolver, no total, mais de 2 mil associações comerciais brasileiras e os negócios locais.

Com conteúdo padronizado, o projeto divulga o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Projeto Sebrae no Pódio, do Sebrae Nacional, e o Programa Exporta Fácil dos Correios. A iniciativa conta com diagnóstico da realidade local, desafios, potencialidades e tendências globais, workshops e consultoria para capacitação e qualificação das empresas.

Com início no dia 05 de abril, em Fortaleza/CE, a Chama Empreendedora já passou por Manaus/AM, Belém/PA, Maceió/AL, Recife/PE, Salvador/BA, Goiânia/GO, Cuiabá/MT, Belo Horizonte/MG, Vitória/ES, São Paulo/SP, Curitiba/PR e Florianópolis/SC.

Além da capital fluminense, as próximas visitas da Chama Empreendedora serão em Brasília/DF (06) e Porto Alegre/RS (10).

Reunião Geral da FNP

O assunto foi tema de reunião paralela promovida durante a 69ª Reunião Geral da FNP, no Rio de Janeiro, em março deste ano. A atividade contou com a participação de secretários municipais, representantes de associações comerciais, do Sebrae e de outras entidades.

“É necessário um alinhamento das associações comerciais, prefeituras e os realizadores das Olimpíadas para aumentar o potencial econômico dos jogos”, destacou o presidente da ACRio, Paulo Protásio, na ocasião ■

RESERVE SUA AGENDA

IV ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Brasília | Abril de 2017

Pesquisa Governança e gestão em Saúde encerra este mês

As secretarias de saúde municipais e estaduais e as Comissões Intergestores Bipartites (CIB) terão até o dia 13 de maio para participar da pesquisa Governança e gestão em Saúde. O objetivo da pesquisa é sistematizar informações sobre saúde nas organizações da administração pública estadual e municipal.

Posteriormente, cada secretaria e conselho que responder ao questionário receberá um relatório de diagnóstico que poderá

subsidiar suas ações de melhoria. A pesquisa, de iniciativa do Tribunal de Contas da União (TCU), em cooperação com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e 26 Tribunais de Contas do Brasil, conta com o apoio da FNP, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Para responder à pesquisa, acesse www.tcu.gov.br/perfilgovsaude ■

Observatório acompanha elaboração de PDUI da Região Metropolitana de São Paulo

O Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF) está acompanhando a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), em especial o da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde o plano está sendo feito com a participação de consórcios públicos. Após a aprovação do Estatuto da Metrôpole (Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015) todas as regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ficaram obrigadas a desenvolver o PDUI com data limite de três anos para elaboração e aprovação pela Assembleia Legislativa dos estados.

O objetivo dos planos é traçar diretrizes de crescimento urbano integrado dentro de um arranjo territorial regional, obedecendo à delimitação da região metropolitana e o artigo 9º do Estatuto da Metrôpole que prevê como instrumento para o desenvolvimento urbano integrado das regiões, entre outros, os consórcios públicos.

O prefeito de Embu das Artes (SP) e diretor do Observatório dos Consórcios Públicos (OCPF), Chico Brito, destacou a importância de envolver os consórcios no processo. “A participação dos Consórcios no processo de elaboração do PDUI,

com ênfase à dinâmica sub-regional, representa a valorização das instâncias regionais, por meio dos Consórcios”, destacou Brito, que também é vice-presidente de Consórcios Públicos da FNP. Para ele, “a elaboração de um Plano, que seja resultado de um intenso diálogo com os planos diretores municipais e os diretores sub-regionais, incorporando e integrando elementos essenciais que promovam uma forte interação entre eles, significa o aperfeiçoamento do planejamento local e regional, e o desenvolvimento de mecanismos compensatórios decorrentes da oneração por transferência ou

supressão do acesso a bens e a recursos naturais” finalizou.

O PDUI

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado é um instrumento legal de planejamento, que estabelece as diretrizes para orientar o desenvolvimento urbano e regional, bem como as bases de atuação conjunta entre estados e municípios. Cada região metropolitana e cada aglomeração urbana terão que fazer os seus. Aprovado o PDUI, num prazo de três anos, os Planos Diretores Municipais deverão adequar às novas diretrizes. Uma vez aprovado, será

a principal referência para a alocação dos recursos orçamentários do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano ■



Prefeito de Embu das Artes, Chico Brito

Divulgação



Prato Solidário serve mais de oito mil refeições por mês

Divulgação / Caxias do Sul



A prefeitura de Caxias do Sul/RS, por meio da Diretoria de Segurança Alimentar e Inclusão Social (SAIS) da secretaria de Segurança Pública e Proteção Social (SSPPS), em parceria com a Fundação Caxias, LEFAN Capuchinhos e Instituto Elisabetha Randon, já atingiu o número de 8,4 mil refeições por mês, pelo projeto “Prato Solidário”.

O projeto, que iniciou em dezembro de 2013, tem como objetivo recolher o excedente de alimentos produzidos em cozinhas industriais e doar às entidades assistenciais, devidamente cadastradas, a fim de proporcionar melhorias na nutrição e na qualidade de vida de pessoas em vulnerabilidade social. Para partici-

par, a empresa escolhe uma instituição carente para doar os alimentos excedentes produzidos em seus refeitórios, em parceria com a empresa que produz as refeições.

As últimas entidades a serem beneficiadas com a parceria da prefeitura são: Centro de Atenção à Criança e ao Adolescente Murialdo Santa Fé, que serve 120 refeições para crianças e adolescentes; Centro Cultural Espírita Jardelino Ramos - Casa da Criança; Restaurante Comunitário (serve moradores de rua); Centro Assistencial e de Promoção Social Joana d’Arc; Comunidade Mãe dos Migrantes/Associação Educacional São Carlos; Associação de Recicladores e Carroceiros do Aeroporto (ARCA) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Santo Antônio (Associação Mão Amiga).

Para aderir ao projeto, as empresas interessadas podem entrar em contato com o Banco de Alimentos pelo telefone (54) 3211-5943 ■

Boas práticas indicadas pelos municípios

Curitiba desenvolve projeto pioneiro de eletromobilidade

A convite do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) e da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)*, o Projeto Ecoelétrico de Curitiba/PR foi apresentado no mês de abril, em Brasília/DF, como um exemplo de mobilidade elétrica no país. A ação foi motivada pelo projeto de cooperação “Propulsão Eficiente em Áreas Urbanas”, em fase de elaboração por meio de parceria entre os governos brasileiro e alemão, conforme acordo firmado entre os dois países no ano passado.

A *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* é uma empresa privada internacional fundada em 1975 e tem hoje como principal acionista o governo federal alemão. A empresa é especializada em projetos de cooperação técnicos e de desenvolvimento sustentável em escala mundial.

Um dos objetivos da reunião entre ambos os países foi conhecer diferentes iniciativas de sucesso no país, identificar desafios e possibilidades de ações conjuntas. Para isso, a GIZ

busca a cooperação científica entre Alemanha e Brasil. As novas parcerias serão divulgadas no segundo semestre deste ano.

No dia 3 de maio, o professor associado da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), Roberto Marx, do Departamento de Engenharia de Produção, e o doutorando Felipe Ferreira de Lara, estiveram em Curitiba para conhecer o Projeto. Segundo Marx, “o projeto Ecoelétrico é uma referência no Brasil em eletromobilidade e, certamente, um estudo de caso muito importante para a academia”.

O projeto é a primeira ação da capital paranaense com o intuito de cumprir as recomendações

do termo de compromisso para a redução das emissões de gases e de riscos climáticos, assinado pelo prefeito Gustavo Fruet, vice-presidente de Urbanismo e Licenciamento da FNP, durante a reunião do C 40, em Johannesburgo, África do Sul.

Elaborado em quatro fases, de 2014 a 2020, o Ecoelétrico é único no país devido ao número de veículos elétricos que serão utilizados no serviço público. Os veículos serão destinados, em especial, ao atendimento das demandas da Guarda Municipal, da Secretaria Municipal de Trânsito (Setran) e do Instituto Curitiba de Turismo ■



Divulgação / Curitiba

IR Ivete Ribeiro Advogados

Curso de Legislação Eleitoral para as Eleições Municipais de 2016

com 4 horas de duração

1 Legislação Básica

- 1.1 **Constituição Federal**
Hipóteses de elegibilidade, inelegibilidade e reeleição
- 1.2 **Lei 9.504/97**
Lei da eleição
- 1.3 **Lei 9.096/95**
Lei dos Partidos Políticos
- 1.4 **Lei Complementar 64/90**
Acrescida da Lei 135/10 – Lei da Ficha Limpa
- 1.5 **Lei 13.165/2015**
Reforma Política

2 Legislação Específica

- 2.1 **Resolução 23.450/15**
Calendário Eleitoral
- 2.2 **Resolução 23.453/15**
Pesquisa Eleitoral
- 2.3 **Resolução 23.455/15**
Escolha e Registro de Candidatos
- 2.4 **Resolução 23.457/15**
Propaganda Eleitoral
- 2.5 **Resolução 23.462/15**
Representações, Reclamações e Pedidos de Resposta
- 2.6 **Resolução 23.463/15**
Arrecadação e Gastos de Recursos
- 2.7 **Resolução 23.459/15**
Limites de gastos
- 2.8 **Crimes Eleitorais**

Palestrante

Dra Ivete Ribeiro

Advogada palestrante e especialista em Direito Eleitoral tendo advogado e participado de campanhas políticas para diversos parlamentares nos níveis municipal, estadual e federal

Mais informações

www.iveteribeiroadvogados.adv.br

T 11 9 9986 7858